TIPICIDADE SUBJETIVA – IMPUTAÇÃO SUBJETIVA DO RESULTADO À AÇÃO

Abordamos agora a segunda modalidade do **tipo de ilícito penal** designada como **tipo de ilícito subjetivo**. O tipo de ilícito é a figura sistemática usada na DOUTRINA para expressar o sentido de ilicitude, individualizando um tipo de delito e informando o destinatário que determinado comportamento é proibido pelo ordenamento jurídico. Mais especificamente, o **tipo de ilícito subjetivo** corresponde aos aspetos da direção da vontade do sujeito que revelem as espécies de dolo ou as especiais intencionalidades exigidas pelo tipo legal de crime.

Segundo **MFP** a **imputação** consiste na **atribuição do facto à esfera de controlo ou poder do agente**. Noções gerais sobre o dolo destacam a sua centralidade na análise da imputação subjetiva, diferenciando-o do dolo da culpa e definindo-o como o **conhecimento e a vontade de realizar o tipo objetivo de ilicitude**, composto por elementos intelectuais (corresponde ao conhecimento do agente) e volitivos (corresponde à vontade do agente).

→ DELIMITAÇÃO DO COMPORTAMENTO SUBJETIVO IMPUTÁVEL

A delimitação do comportamento subjetivo imputável **envolve a atribuição do facto típico à vontade do agente**, o que tradicionalmente configura o dolo como representação e vontade da realização do tipo. No entanto, o conteúdo do tipo subjetivo de ilícito não se resume apenas ao dolo tipo, pois também é necessário considerar a negligência. Em muitos tipos legais de crime, existem ainda elementos subjetivos especiais que contribuem essencialmente para o desvalor da ação e definem a tutela típica.

O tipo subjetivo **representa a componente psicológica do agente no momento da ação, determinando se este agiu com dolo ou negligência**. Alguns autores incluem a negligência como parte do tipo, enquanto outros entendem que o dolo tem uma dupla relevância, sendo a componente emocional relevante ao nível da culpa. **MFP** tende a concordar com esta ideia, apesar de ter uma conceção de culpa diferente de **FIGUEIREDO BIAS**. Estamos aqui a discutir o dolo do tipo, do facto, e os elementos psicológicos associados a ele.

O Artº13 CP estabelece que a doutrina do dolo é político-criminalmente condicionada pela diferente relevância entre delitos dolosos e delitos negligentes, segundo **MFP**. De acordo com esta visão, a solução tradicional é estabelecer a distinção com base nas consequências práticas: os crimes, em geral, são punidos apenas a título de dolo; para serem punidos por negligência, essa opção deve estar expressamente prevista na lei. **MFP argumenta que os comportamentos dolosos são mais gravemente puníveis do que os comportamentos negligentes**, uma vez que demonstram uma vontade dirigida para a violação do bem jurídico, evidenciando um conflito direto com a norma e uma motivação contra a ordem jurídica, o que não ocorre no caso da negligência. **Outra perspetiva considera a perigosidade do agente doloso**, visto como mais perigoso devido à sua energia criminoso direcionada para a realização do facto típico, uma razão político-criminal.

A **estrutura do dolo do tipo** requer que o **agente tenha uma consciência clara de que sua ação vai além do tipo de ilícito e de que não é suficiente para justificar a aplicação da penalidade estabelecida por lei para o crime doloso**.

→ ESTRUTURA DO DOLO DO TIPO

O dolo é definido no Artº14/3 CP como forma específica de **comportamento voluntário** em que o conhecimento do facto típico é pressuposto inultrapassável. Verifica-se **quando o resultado do tipo se produz** – é no momento da prática do facto e consequente resultado que se verifica a representação do agente. Para ter dolo tem de representar o que está no tipo objetivo. O dolo está também associado a uma certa noção de **intencionalidade** – relação que é favorecida pela filosofia da ação, na medida em que o comportamento intencional tem vindo a ser descrito de modo abrangente, incluindo numa relação lógica a averiguação de um estado mente preciso, as consequências secundárias de uma ação.

Esta conceção é reforçada pela compreensão de que os elementos do dolo não são simples componentes, mas sim produtos da análise de um conceito sintético e complexo de decisão criminoso, exigindo tanto o conhecimento das consequências como a vontade de realizar o facto típico. Assim, o dolo, enquanto conhecimento e vontade de realização do tipo objetivo, é composto por dois elementos

- **momento intelectual**, no qual o agente representa determinados elementos do tipo;
- **momento volitivo**, no qual o agente deseja concretizar esses elementos anteriormente representados.

Os motivos não são relevantes para esta análise, sendo fundamental que ambos os elementos (intelectual e volitivo) estejam presentes para que haja dolo, sendo que a ausência de um invalida a existência do dolo, e apenas se o dolo estiver ausente é que se analisa a negligência.

→ MOMENTO INTELECTUAL DO DOLO

O momento intelectual do dolo é crucial para compreender o conhecimento e a consciência que o agente tem em relação ao facto descrito na lei penal. Não se trata apenas de interpretar objetivamente a conduta, mas sim de entender subjetivamente e emocionalmente o ato que está a ser cometido.

Para que o dolo se manifeste, o agente conheça, saiba, represente corretamente ou tenha consciência (psicológica ou intencional) das circunstâncias do facto que preenchem um tipo objetivo de ilícito. Isso implica não apenas ter conhecimento dos elementos objetivos do tipo penal, mas também compreender a sua relevância e consequências. O agente deve:

1) **ser capaz de representar a realização do facto típico como uma possibilidade real**, mesmo que não tenha certeza de que o facto se concretizará. A atualização na consciência psicológica ou intencional no momento da ação é determinada pelo **critério da co-consciência imanente à ação**. No contexto do dolo, a consciência é sempre atual, embora haja casos em que possa ser difusa ou concomitante, como nos crimes sexuais. A representação do perigo concreto é crucial, exigindo que o agente reconheça que seu comportamento, nas circunstâncias em questão, representa uma ameaça ao bem jurídico. Assim, o dolo requer uma representação efetiva do perigo concreto.

2) **ter uma consciência atual do facto**, ou seja, não é suficiente que o agente tenha a simples possibilidade de representar o facto; é necessário que ele represente a totalidade dos elementos constitutivos do tipo e que o faça de forma eficaz. O conhecimento das circunstâncias de facto é crucial para a determinação

do dolo no direito penal. Isso inclui a **compreensão dos factos que são avaliados negativamente pela norma penal**, ou seja, o desvalor penal. Esse conhecimento implica a apreensão do significado desses factos, essencialmente alinhado com a interpretação do agente e o nível das suas representações. Se algum desses elementos estiver ausente, o dolo do tipo não pode ser afirmado, resultando em um erro sobre a factualidade típica, conforme estipulado no artigo 16º/1. Este erro pode incluir tanto uma representação falsa quanto a falta de representação. No entanto, a possibilidade de cometer o crime por negligência (Artº16/3 CP) não é excluída, desde que o tipo de ilícito preveja essa possibilidade e a negligência esteja presente no caso específico.

3) **representação do perigo concreto associado ao comportamento**, em que o agente deve reconhecer que o seu comportamento é perigoso e tem o potencial de causar danos. O conhecimento da proibição legal é excepcionalmente admitido e ganha verdadeira relevância em crimes com um pendor axiológico menor, onde a **proibição legal praticamente consome todo o desvalor do ilícito**, conforme destacado por **FIGUEIREDO DIAS** em contextos como ilícitos de mera ordenação social, crimes de perigo abstrato, direito penal secundário e direito penal de justiça.

A **função** deste elemento é garantir que, ao **agir, o agente tenha pleno conhecimento do desvalor jurídico da sua ação e das consequências que dela podem advir**. Isso assegura uma **congruência entre o tipo objetivo e o tipo subjetivo, sendo indispensável para a imputação subjetiva da conduta a um agente**.

O elemento intelectual do dolo, segundo **MFP**, vai além de uma simples relação entre sujeito e objeto do conhecimento, sendo compreendido como o reconhecimento do agente de si mesmo, da sua racionalidade e experiência anterior, adaptando-se ao contexto específico. WELZEL sugere que mesmo comportamentos automáticos podem ser intencionais, baseados na adaptação do agente à situação. Assim, a compreensão desse elemento não exige uma previsão ou representação consciente do agente, **mas sim a constatação de que o agente viveu seu comportamento de acordo com sua experiência e quadros cognitivos**. **FIGUEIREDO DIAS** enfatiza que é essencial que **todos os elementos do facto estejam presentes** para que o agente possa afirmar, ao nível de sua consciência intencional ou psicológica, o conhecimento necessário para a prática do ilícito objetivo. O princípio da congruência entre tipo objetivo e tipo subjetivo destaca que o conhecimento da realização do tipo objetivo é crucial para imputar subjetivamente uma ação a um agente, conforme defendido por ROXIN.

→ **MOMENTO VOLITIVO DO DOLO**

O momento volitivo do dolo **requer não apenas o conhecimento, mas também uma vontade direcionada à realização do facto**, sendo um elemento essencial do dolo que pode variar em nuances, dando origem a diferentes classificações. A decisão criminosa, nas suas diversas formas, implica sempre uma **deliberação da vontade, com uma racionalidade semelhante em todos os casos**.

Esta decisão envolve uma ponderação dos prós e contras, considerando o objetivo final do comportamento, onde a realização do facto está incorporada na base da deliberação.

O DOLO possui três **modalidades** distintas, conforme estabelecido pelo Artº14 CP:

1. **Dolo direto ou intencional**^{segundo FIGUEIREDO DIAS} – ocorre quando o **agente representa a realização do ato como possível e atua com a intenção explícita de realizá-lo sendo o verdadeiro fim da sua conduta**, sendo essa intenção exclusiva desta modalidade (Artº14/1 CP). A realização do facto típico é o verdadeiro fim da conduta do agente, conforme descrito por **FIGUEIREDO DIAS**, onde surge como pressuposto ou estágio intermédio necessário para o agente atingir o seu fim, funcionando como meio necessário à realização do fim.

2. **Dolo necessário** – não dirige a sua atuação diretamente a produzir a verificação do facto, mas o **agente o aceita como consequência necessária de sua conduta**, é uma consequência inultrapassável/necessária/inevitável da conduta do agente (Artº14/2 CP). É, por assim dizer, não um meio mas um efeito colateral.

3. **Dolo eventual** – caracteriza-se pelo conformismo com a possibilidade de que o tipo objetivo se concretize em decorrência de sua ação (Artº14/c CP). É representada pelo agente como apenas **consequência possível da sua conduta**.

Existe ainda a figura do **dolo alternativo**, analisamos se o agente pretendia atingir um alvo específico, mas estava disposto a aceitar a possibilidade de atingir outro. *P.e.: se alguém tenta disparar contra o ex-namorado, mas acerta no novo namorado devido a tremores na mão*. Nesse caso, só podemos afirmar um desvalor da ação doloso, não dois. A punição deve refletir isso para não violar o princípio de não dupla punição pelo mesmo crime. Se o agente agiu com o objetivo de atingir apenas uma vítima, mesmo que tenha acertado em outra, deve ser punido pelo crime mais grave. Alguns autores propõem punir pela tentativa de homicídio se ninguém for atingido, e pelo crime de dano se acertar em algo diferente da vítima pretendida. No entanto, esta abordagem levanta questões de legalidade e não é universalmente aceita pela doutrina.

É importante analisar estas modalidades de dolo em cada caso específico, lembrando que o objeto do dolo é o tipo objetivo, e o agente deve representar e desejar realizar estes elementos para que o dolo exista de facto. Algumas tipologias criminais exigem dolo intencional, não sendo compatíveis com todas as modalidades de dolo.

A NEGLIGÊNCIA possui duas **modalidades** distintas, conforme estabelecido pelo Artº15 CP:

1. **Negligência consciente**¹ – a realização do tipo objetivo de ilícito é representada pelo agente como **consequência possível da sua conduta** (Artº15/b CP).
2. **Negligência inconsciente** – a realização do tipo objetivo de ilícito **não é nem representada pelo agente** ((Artº15/b) CP).

○ **DISTINÇÃO ENTRE DOLO EVENTUAL E NEGLIGÊNCIA INCONSCIENTE**

Para distinguir foram desenvolvidas várias teorias:

¹ **Semelhança entre os Artsº14/3 e 15/a) CP: FIGUEIREDO DIAS** fala, a este propósito de uma **sobreposição inevitável** entre o dolo eventual e a negligência consciente. **MFP** concordando, refere que a distinção já ultrapassa a **pura tipicidade**. Há, assim, que procurar a *ratio* da distinção dolo- negligência e procurar, a partir desse um ponto, um **critério objetivo de distinção**.

1. **TEORIA DA PROBABILIDADE** sugere que o **dolo eventual requer que o agente represente a realização do tipo como provável**. No entanto, essa abordagem tem dificuldades em determinar o grau de probabilidade necessário e pode não levar em consideração casos em que um agente toma uma decisão firme de realizar o resultado, apesar da improbabilidade.
2. **TEORIA DA ACEITAÇÃO** baseia-se no questionamento **se o agente, apesar da representação da realização do tipo como possível, aceitou internamente a sua ocorrência ou, pelo contrário, esperou que não acontecesse**. No entanto, a interpretação estrita da aceitação pode-se confundir com o dolo direto, e a interpretação mais flexível pode ser difícil de distinguir da negligência consciente.
3. **TEORIA DA CONFORMAÇÃO** é a abordagem predominante. Afirma que o dolo eventual **ocorre quando o agente leva a sério o risco da realização do tipo e, apesar disso, decide realizar a ação**. Isto implica que o agente está disposto a arcar com o desvalor da realização do tipo, independentemente de considerá-lo desejável ou não. O critério central é se o agente toma a sério o risco e decide agir mesmo com esse conhecimento. A probabilidade da realização do tipo pode ser relevante, mas não é o único fator determinante.
4. **TEORIA VOLITIVA** de ROXIN e FIGUEIREDO DIAS: O relevante é que o agente tome a sério o risco de (possível) lesão do bem jurídico, que entre com ele em contas e que, não obstante, se decida pela realização do facto. O foco está na seriedade com que o agente considera o risco de lesão ao bem jurídico e na decisão deliberada de agir mesmo assim. O **agente conforma-se com o risco de produzir o resultado típico e o propósito que motiva sua ação indica sua disposição para aceitar as consequências negativas**. A confiança na afirmação do dolo sugere a existência de culpa dolosa, indicando que o agente está ciente e aceita os possíveis resultados prejudiciais.
5. **TEORIA VOLITIVA** de MFP: **considera os interesses do agente em realizar sua vontade e proteger o bem jurídico que pode ser prejudicado por sua ação**. Se o agente valoriza mais a realização de sua conduta do que evitar a lesão ao bem jurídico. Quando o agente decide realizar uma conduta sabendo dos riscos, isso indica dolo eventual. Em situações em que o interesse é principalmente recreativo, pode haver negligência consciente, onde o agente não está totalmente ciente dos riscos. A descrição de um comportamento como voluntário (doloso) requer que o agente escolha um objetivo, meios apropriados para alcançá-lo e aja com consciência desses meios e da aceitação dos riscos envolvidos.

Indícios que nos podem ajudar na avaliação do caso concreto: Quando há dúvida se estamos perante dolo eventual ou negligência consciente vamos verificar os elementos objectivos que não são tão dependentes de uma interpretação subjectiva e ver se eles suportam as conclusões tiradas:

1. Elevada probabilidade de produção do resultado típico – ideia de intensidade do risco – se for muito elevado é quase impossível que o agente não se tenha conformado.
2. Atuação do agente na redução do risco – se o agente procurar evitar a produção do resultado é indicio de negligência - o grau de conformação é menos – ele não se está a conformar com o possível resultado
3. Contexto motivacional – faz-se apela ao critério de MFP e se o agente sobrevalorizou o seu interesse face à proteção do bem jurídico no contexto em que se insere.

→ ATUALIDADE DO DOLO

No contexto do direito penal, é **essencial considerar a atualidade do dolo**, que exige uma representação consciente no momento da prática do ato criminoso, juntamente com distinções necessárias.

O primeiro passo é sempre **verificar o tipo objetivo do crime**, seja de resultado ou de atividade, para explicar a imputação objetiva e subjetiva, mesmo se o tipo objetivo não estiver completamente realizado. O dolo não deve ser explicado pelo que o agente devia ter feito, mas sim se ele representou os elementos do tipo no momento da ação.

A atualidade do dolo requer que o agente represente e queira realizar o tipo objetivo no momento da ação, embora não necessariamente com uma consciência reflexiva.

Os erros podem ser de suposição ou de ignorância, dependendo do objeto ao qual se referem. Erros de representação envolvem uma compreensão equivocada dos factos, enquanto erros de valoração envolvem uma interpretação inadequada das circunstâncias morais ou legais.

Além do dolo direto e eventual, existem outros elementos subjetivos especiais do tipo que podem ser relevantes na caracterização de um delito. Entre eles estão as **intenções, motivos, impulsos afetivos e características da atitude interior do agente**. Esses elementos podem aumentar a censurabilidade da conduta do agente e desempenham um papel importante na determinação da natureza e da gravidade do delito.

→ ERRO SOBRE OS ELEMENTOS DO TIPO

Contraposição entre os Artsº16 e 17 CP: No Artº16 CP, o erro de percepção é abordado, **onde o agente não consegue compreender corretamente os elementos de facto e de direito que devem guiar a sua conduta**. Isto afeta a sua capacidade de conhecer e se orientar eticamente, sendo considerado no âmbito da imputação subjetiva (dolo do tipo). De acordo com FIGUEIREDO DIAS, o conhecimento das proibições legais é crucial, especialmente em condutas axiologicamente neutras, para orientar e motivar a conduta do agente. Por outro lado, no Artº17 CP, trata-se do **erro de valoração**, onde ocorre uma atribuição de sentido ou valoração distinta dos elementos, mesmo que o agente conheça os fatos e a lei. Aqui, a falta de conhecimento pode diminuir a culpa, sendo considerado no âmbito da culpa. TERESA BELEZA propõe o critério setorial, onde os destinatários primaciais das normas têm de buscar o conhecimento. Se ignorarem a lei, aplica-se o Artº17 CP. MFP, embora não rejeite o ponto de vista de FIGUEIREDO DIAS, critica a sua subjetividade e propõe avaliar as condições efetivas de oportunidade de motivação pela norma penal. O critério de distinção entre os Artsº16 e 17 CP tem em conta a evidência das regras, a previsibilidade dos perigos da conduta e o nível de inserção profissional do agente. **O Artº16 CP é aplicado quando o agente não teve oportunidade de se motivar pela norma, enquanto o Artº17 CP se aplica quando o agente, mesmo tendo oportunidade, não reconheceu a lei.**

Erro no direito penal refere-se a situações em que **alguém comete um ato que seria considerado crime, mas devido a circunstâncias como ignorância ou crenças erradas, não tinha a intenção de cometer o delito**. Existem dois tipos principais de erro: **erro sobre elementos de facto/erro do tipo** e **erro que incide diretamente sobre a ilicitude**:

○ **Erro sobre elementos de facto** (Artº16/1, 1ª parte CP) inclui ignorância de facto, quando alguém está verdadeiramente inconsciente de certos factos relevantes para determinar a legalidade de suas ações, e suposição errônea de facto, quando alguém age com base numa crença errada sobre factos.

○ **Erro que incide diretamente sobre a ilicitude** (Artsº16/1, 2ª parte e 17 CP) aborda ignorância de direito, quando alguém não está ciente de que sua conduta é proibida pela lei, e suposição errônea de direito, quando alguém erroneamente acredita que sua conduta é permitida pela lei, quando na verdade não é.

A **delimitação negativa distingue entre erro e execução defeituosa** (*aberratio ictus*), considerando suas diferentes consequências jurídicas. **No erro**, o agente não atinge o resultado desejado devido a uma falha na compreensão da situação, sendo responsabilizado com base no resultado alcançado. **Na execução defeituosa**, o agente, com dolo direto, atinge um resultado diferente do pretendido, ainda considerado crime.

Consequências jurídicas do erro:

○ **Artº16 CP**: so agente cometer um erro de facto inevitável e relevante, ou seja, se não pudesse, razoavelmente, conhecer os factos que tornam a sua ação criminosa, **ele pode ser considerado inimputável ou sua pena pode ser atenuada**. Se o erro de facto for evitável, o agente pode ser **responsabilizado** pelo crime cometido, mas sua **pena pode ser atenuada**.

○ **Artº17 CP**: em geral não exclui a ilicitude do facto, a menos que seja inescusável. Isso significa que se o agente **deveria saber** que sua conduta era ilícita, o erro de direito não será uma defesa válida. No entanto, se o erro de direito for inescusável, ou seja, se o agente agiu com base em uma interpretação razoável e justificável da lei, sua pena pode ser atenuada ou, em casos excepcionais, a ilicitude do facto pode ser **excluída**.

• **ERRO SOBRE A IDENTIDADE DA VÍTIMA – error in persona vel objecto**

É considerado um erro na formação da vontade do agente. Isso **ocorre quando o agente se engana quanto à identidade do objeto ou da pessoa que pretende atingir com sua ação criminosa**. Aqui o desenvolvimento real do evento corresponde inteiramente ao planeado, **o agente apenas está enganado quanto à identidade do objeto ou da pessoa a atingir**. Não há erro na execução, mas sim na formação da intenção.

Sempre que o objeto concretamente atingido seja tipicamente idêntico ao pretendido, o erro na pessoa ou objeto é **irrelevante**, uma vez que a lei proíbe danos não a um objeto ou pessoa específicos, mas a qualquer objeto ou pessoa incluídos no tipo de crime. No entanto, se o agente também errar quanto às características tipicamente relevantes do objeto atingido, então a responsabilidade pode recair apenas na tentativa ou, possivelmente, na combinação de tentativa com responsabilidade por negligência.

• **MODALIDADES DE ERRO SOBRE ELEMENTOS DO FACTO DO TIPO (ARTº16/1, 1ª PARTE CP)**

Conforme o Artº16/1, 1ª parte CP, o dolo do tipo não pode ser estabelecido quando o agente **não possui o conhecimento** da totalidade das circunstâncias. Este tipo de erro é um erro sobre a factualidade típica. Além disso, a expressão **exclui** o dolo não implica que um dolo já existente tenha sido eliminado; em vez disso, **significa que o dolo do tipo não se estabelece quando faltam os seus requisitos**. O erro sobre a factualidade típica pode versar sobre: (1) falta de realização dos elementos do tipo, (2) representação errada dos elementos do tipo.

Quando o dolo do tipo é **negado**, apenas o crime doloso de ação correspondente está ausente. O agente ainda pode ter agido dolosamente em relação a outros tipos de ilícitos, como no exemplo mencionado anteriormente de desconhecimento das circunstâncias agravantes do ilícito. Além disso, pode haver a presença de um tipo de **ilícito negligente**. Isto é explicitamente afirmado pelo Artº16/3 CP, isto significa que a **negligência será punível** se (1) o respetivo comportamento for **expressamente** previsto pela lei como crime negligente e se (2) a negligência se tiver efetivamente verificado.

1. **ERRO SOBRE A EXISTÊNCIA E AS CARACTERÍSTICAS DO OBJETO**

Refere-se a uma situação na qual **o agente comete um equívoco em relação à natureza, identidade ou propriedades do objeto envolvido na prática de um ato criminoso**. Existem duas formas principais de erro sobre o objeto: (1) **erro sobre a existência do objeto** – ocorre quando o agente realiza uma ação criminosa acreditando que um objeto específico está presente ou disponível, quando na realidade não está; (2) **erro sobre as características do objeto** – quando o agente comete um ato criminoso, mas está equivocado sobre as características essenciais do objeto.

2. **ERRO SOBRE QUALIDADES TÍPICAS DE AUTOR**

Ocorre quando **o agente comete um equívoco em relação às características ou qualidades específicas que são consideradas relevantes para a configuração do tipo penal do crime em questão**. Em alguns casos, o erro pode ser considerado uma circunstância atenuante que pode reduzir a culpabilidade do agente, especialmente se o erro for inevitável e o agente não pudesse, razoavelmente, ter conhecimento correto sobre suas próprias características ou qualidades relevantes.

3. **ERRO SOBRE O PROCESSO CAUSAL**

Surge a questão de se uma **divergência entre o risco conscientemente criado pelo agente e aquele que efetivamente resulta** deve levar a que o resultado não seja mais imputado ao agente, obrigando-o a responder apenas por tentativa. Existem duas posições principais: (1) que **responde afirmativamente** a essa pergunta, argumentando que, se o resultado ocorrer devido a um risco não previsto, a congruência entre o tipo objetivo e o tipo subjetivo doloso não pode ser estabelecida; (2) há aqueles que consideram que o erro sobre o processo causal é, em princípio, **irrelevante**, com exceção dos crimes de execução vinculada, nos quais o processo causal faz parte do tipo objetivo de ilícito. No entanto, quando a imputação deve ser estabelecida, mas o dolo do tipo não é encontrado, o erro sobre o processo causal **deve ser levado em consideração**. Se o tipo de crime exige uma sequência específica de ações, esse “erro sobre o processo causal” é **relevante** e afeta a imputação.

O debate centra-se na necessidade de o agente compreender a relação entre a sua ação e o resultado nos crimes de resultado. Uma visão argumenta que, salvo em crimes específicos, o agente é responsável pela criação do risco, independentemente de ter previsto o resultado (*tese da irrelevância do erro*). Outra perspectiva argumenta que a falta de previsão do risco pelo agente dificulta afirmar a conexão (*tese da relevância do erro*). **FIGUEIREDO DIAS** argumenta que, exceto em casos especiais, é difícil analisar o dolo do tipo sem primeiro considerar a imputação objetiva, especialmente a conexão entre a ação e o resultado.

4. **DOLUS GENERALIS – erro sobre o qual dos factos gera o resultado**

Estas situações descrevem cenários em que **o agente comete um erro sobre o qual dos vários atos em uma sequência de ações causará o resultado desejado**. Em resumo, **o agente erra sobre qual dos diversos atos de uma conexão da ação produzirá o resultado pretendido**. Isso pode ocorrer de duas maneiras principais: (1) **o agente erroneamente acredita que causou o resultado típico com sua ação, mas o resultado ocorre em circunstâncias diferentes das representadas**; (2) **o agente realiza o facto típico quando, na sua representação, apenas o prepara, mas acaba produzindo o resultado inconscientemente**. São casos que ocorrem em dois tempos:

(1) agente pensa erroneamente ter produzido, com a sua ação, o resultado típico; (2) fruto de uma nova atuação do agente (quase sempre com fins de encobrimento), em que o resultado vem efetivamente a concretizar-se.

A questão que se coloca, nestas situações, é saber se o comportamento deve ser qualificado como um concurso de tentativa de homicídio (doloso) e homicídio consumado (negligente) ou se, seguindo a lógica de que o dolo tem apenas como objeto o resultado e é um dolo geral relativamente às circunstâncias concretas em que este ocorre, deve ser considerado simplesmente como um homicídio doloso consumado: **FIGUEIREDO DIAS** diz que deve seguir-se a **doutrina da imputação objetiva** e saber se o risco que se concretiza no resultado pode ainda reconduzir-se ao quadro dos riscos criados pela primeira ação: Se sim, então o crime é consumado; se não, então o agente só pode ser punido a título de tentativa (eventualmente em concurso com um crime negligente consumado).

O **encobrimento** acontece quando alguém pratica um ato pensando que ele causará um certo resultado, mas esse resultado não ocorre. Depois, para ocultar o crime, realiza outras ações que acabam por produzir o resultado desejado. Algumas propostas legais sugerem punir a tentativa do primeiro ato e, se aplicável, a negligência no segundo. Contudo, a maioria entende que é um crime consumado. **FIGUEIREDO DIAS** argumenta que devemos examinar se o risco que se materializa está relacionado aos riscos da ação inicial. Se sim, é responsável pelo crime consumado; se não, é tentativa, e pode haver negligência.

5. ERRO SOBRE A DELIBERAÇÃO

Refere-se à **situação em que o agente comete um equívoco em relação ao objeto do dolo e ao conhecimento dos elementos do tipo**, distinguindo entre elementos descritivos (são elementos constitutivos do facto típico para os quais seria necessária uma percepção sensorial efetiva para afirmar o dolo. Um erro que exclui o dolo exigiria uma falta de percepção precisa pelos sentidos), e elementos normativos (são elementos constitutivos do facto típico para os quais bastaria uma representação do significado social).

6. ERRO NA EXECUÇÃO (*aberratio ictus vel impetus*)

É um erro que se situa no nível da execução. As hipóteses de *aberratio ictus* (desvio da trajetória ou do golpe) referem-se a situações em que, por erro na execução, o agente atinge um objeto diferente daquele que estava no propósito inicial. São situações especiais de erro na execução, (do latim – desvio do golpe), **casos em que, devido a um erro na execução, o alvo atingido é diferente daquele que o agente pretendia atingir.** A ocorrência do outro resultado, que poderia não ter acontecido ou ser mais grave, pode resultar em um crime negligente. Portanto, a punição deve ocorrer apenas por tentativa ou em combinação com um crime negligente, seguindo a **teoria da concretização.**

Nestes casos, verifica-se uma alteração da própria produção causal da ação iniciada e o próprio resultado atingido. Não é alterado só o desenvolvimento causal, mas também o próprio resultado. *O Artº16/1 CP ainda prevê estes casos e exclui dolo?*

- **FIGUEIREDO DIAS** – Sim, a produção de outro resultado, que tanto podia não ter lugar ou ser de outra gravidade, só pode eventualmente conformar um crime negligente. A punição deve por isso ter lugar só por tentativa ou por concurso desta com crime negligente → *Teoria da Concretização* – tentativa + (se existir) crime negligente, uma vez que o agente apenas tem dolo relativamente a um dos objetos da ação e não relativamente ao outro.

- **TERESA BELEZA** – o objeto atingido é igual, sendo indiferente a individualidade. Há crime consumado e assemelha-se aos erros de identidade. Crítica: nos casos de *error in persona vel objecto*, como sempre houve erro, somente um bem jurídico esteve em perigo. Neste caso, ambos os bens jurídicos estiveram em perigo e o que aconteceu foi que, por erro de execução, só um se realizou → *Teoria da Equivalência.*

7. ERRO SOBRE ELEMENTOS NORMATIVOS DO TIPO

Ocorre quando o **agente comete um equívoco em relação a elementos normativos presentes na descrição do tipo penal.** Esses elementos normativos são **aspectos que dependem da interpretação da norma jurídica para determinar sua incidência sobre a conduta do agente.**

Em geral, o erro sobre elementos normativos pode influenciar a culpabilidade do agente e, conseqüentemente, a sua responsabilidade penal. Se o erro for inevitável e o agente não pudesse, razoavelmente, ter conhecimento correto sobre a interpretação da norma jurídica, o erro pode ser considerado uma circunstância atenuante que pode reduzir a culpabilidade do agente. No entanto, se o erro for evitável e o agente agiu com negligência ao não procurar esclarecer corretamente a interpretação da norma jurídica, o erro pode ser considerado irrelevante e o agente pode ser responsabilizado pelo crime cometido.

8. ERRO SOBRE CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES E SOBRE CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES

Refere-se a **situações em que o agente comete um equívoco em relação a elementos que poderiam aumentar ou reduzir a gravidade da sua conduta criminosa**, de acordo com as disposições legais. Erro sobre circunstâncias agravantes: ocorre quando o agente comete um crime acreditando erroneamente que certas circunstâncias estão presentes e, conseqüentemente, agravam a gravidade do crime. Erro sobre circunstâncias atenuantes: acontece quando o agente comete um crime acreditando erroneamente que certas circunstâncias estão presentes e, portanto, reduzem a gravidade do crime.

Se o erro for inevitável e o agente não pudesse, razoavelmente, ter conhecimento correto sobre as circunstâncias agravantes ou atenuantes, ele pode ser considerado uma circunstância atenuante que pode reduzir a culpabilidade do agente. No entanto, se o erro for evitável e o agente agiu com negligência ao não buscar esclarecer corretamente as circunstâncias relevantes, o erro pode ser considerado irrelevante e o agente pode ser responsabilizado pelo crime cometido, mesmo que tenha sido cometido sob erro.

9. ERRO INTELECTUAL SOBRE PROIBIÇÕES (ARTº16/1, 2ª PARTE)

O dolo do tipo é estabelecido exigindo-se que o agente tenha conhecimento de todos os aspectos do evento, incluindo o curso dos acontecimentos. No entanto, **em circunstâncias excepcionais, o conhecimento da proibição legal também é essencial para afirmar o dolo do tipo.** Isto ocorre quando o tipo de ilícito inclui condutas cuja relevância é tão insignificante que a ilicitude é determinada não apenas pela natureza da conduta em si, mas também pela proibição legal. Aborda situações em que o **agente comete um equívoco quanto à existência de uma norma que proíbe a conduta que está prestes a realizar.** Para compreender melhor essa figura, vamos explorar seu conceito e limites, bem como sua delimitação em relação ao erro sobre a ilicitude, conforme previsto no Artº17 CP.

Conceito e limites do erro intelectual sobre proibições: o erro intelectual sobre proibições refere-se a uma situação na qual o agente, devido a uma falta de conhecimento ou compreensão equivocada do ordenamento jurídico, acredita erroneamente que sua conduta não é proibida pela lei.

Delimitação face ao erro sobre a ilicitude (Artº17 CP): Enquanto o erro sobre a ilicitude diz respeito ao equívoco do agente sobre a contrariedade de sua conduta aos preceitos legais, o erro intelectual sobre proibições refere-se especificamente à falta de conhecimento da existência da norma proibitiva. No erro sobre a ilicitude, o agente reconhece a existência da norma, mas a interpreta erroneamente quanto à sua aplicação ao caso concreto. Por outro lado, no erro intelectual sobre proibições, o agente não está ciente da existência da norma proibitiva em si, o que o leva a acreditar erroneamente que sua conduta é permitida.

10. ERRO SOBRE O DEVER DE GARANTE NOS CRIMES OMISSIVOS

O dever de garante surge quando alguém, seja por força de lei, contrato, relação de parentesco, amizade, dever ético ou qualquer outra circunstância, **tem o dever jurídico de agir para evitar um resultado lesivo a outro**. Nos crimes omissivos, o agente não age quando deveria, violando esse dever de garante e causando um resultado lesivo.

Quando há um erro sobre o dever de garante, isso significa que o agente, por alguma razão, **acredita erroneamente que não tem o dever jurídico de agir para evitar o resultado lesivo**. Este erro pode ocorrer de diversas maneiras, como por desconhecimento da legislação, interpretação equivocada do dever de cuidado ou até mesmo por acreditar que outra pessoa assumiu a responsabilidade pela prevenção do resultado. No entanto, o erro sobre o dever de garante não exclui a responsabilidade penal do agente de forma automática. Portanto, se o agente, mesmo erroneamente, deveria ter percebido que tinha o dever de agir para evitar o resultado, ele ainda pode ser responsabilizado penalmente.

11. INVERSÃO TEMPORAL DOS ACONTECIMENTOS

Quando o agente planeia uma sequência de ações, pensando que o resultado típico será causado pela segunda ação e considerando a primeira apenas como preparatória, podem surgir situações em que, após uma análise posterior, **percebe-se que foi o primeiro ato que gerou o resultado, não o segundo**. **Figueiredo Dias propõe a mesma solução para o erro sobre qual dos fatos gera o resultado**. Se o agente realizou o segundo ato, ele é punido pelo crime consumado, mesmo que esse segundo ato seja irrelevante para o resultado típico. Se não realizou o segundo ato, há três possibilidades: responsabilidade por negligência, se aplicável; punição pelo crime consumado, se os atos forem verdadeiros atos de execução; ou não punição, se forem apenas atos preparatórios. **MFP** não resolve explicitamente esse problema, mas presume-se que a lógica seja a mesma da situação anterior, onde o critério é a unidade de ação.

12. ERRO SUPOSIÇÃO

Acontece quando há vontade de cometer um crime, mas o agente engana-se sobre um elemento necessário para concretizá-lo, o que o impede efetivamente de o realizar, havendo, no entanto, desvalor na ação, mas não no resultado, que não ocorre como previsto. Quanto à tentativa impossível, o agente acredita ter cometido o crime, mas, na verdade, não o fez devido a um engano. **O processo de raciocínio divide-se em duas partes:** *primeiro*, avalia-se se se trata de uma tentativa impossível, examinando a ação e falhas na imputação objetiva por ausência de resultado, considerando-se a inadequação do meio ou a falta de objeto. *Em seguida*, verifica-se se é punível, analisando se o crime consumado teria pena inferior a três anos de prisão e se a impossibilidade não era óbvia para alguém colocado na posição do agente. Já o erro por ignorância ocorre quando o agente não compreende um elemento essencial do tipo objetivo, impossibilitando-o de querer praticar o crime, pois nem sequer entende um ou vários elementos tácitos do tipo.

13. CONHECIMENTO DAS PROIBIÇÕES LEGAIS

É fundamental para determinar a responsabilidade penal do agente. **FIGUEIREDO DIAS defende que o agente não precisa necessariamente ter consciência da ilegalidade do seu ato, mas deve ter tido condições para perceber que sua conduta era proibida**. Em crimes claros, como homicídio, a simples representação do ato já é suficiente para implicar o dolo. No entanto, em situações menos evidentes, como o abuso de informação privilegiada, entender a proibição legal é essencial.

O erro sobre a ilegalidade pode ser tratado de duas maneiras: **pelo Artº16 CP, que exclui o dolo se o conhecimento da proibição era necessário para orientar a consciência do agente, e pelo Artº17 CP, que não exclui o dolo, mas pode afetar a culpa**. **MFP** critica casos em que o agente desconhece a proibição, especialmente quando o comportamento não é claramente condenável. Ela destaca que profissionais experientes devem ser tratados de forma diferente dos inexperientes. Além disso, há debates sobre a identificação de comportamentos com pouca relevância ética. Enquanto alguns consideram a condução sob efeito de álcool como pouco relevante, outros argumentam que ela já implica a percepção do perigo para os bens jurídicos. Esta perspectiva foca na ofensividade do comportamento, complementando a teoria de **FIGUEIREDO DIAS**. No entanto, a relevância do erro sobre as proibições legais não se limita ao ilícito de mera ordenação social, como afirmado por alguns. O Artº16/1 CP contradiz essa afirmação ao estabelecer que o erro sobre a proibição exclui o dolo quando necessário para a consciência da ilegalidade.